



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Câmara Municipal de Bento Gonçalves  
Palácio 11 de Outubro

#### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Câmara Municipal de Bento Gonçalves, através da Comissão Técnica Permanente de Finanças e Orçamento, torna público o lançamento do Edital de Audiência Pública relativo ao cumprimento da Lei Orgânica do Município e do Art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, informando que no dia 12 de dezembro de 2012, às 16h, será debatido o Projeto de Lei nº 116/2012, que "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES PARA O EXERCÍCIO DE 2013". A audiência ocorre no Plenário da Câmara Municipal, na Av. Dr. Casagrande, 270, Bento Gonçalves, 30 de novembro de 2012.

Vereador **VALDECIR RUBBO**  
Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO



#### Edital de Intimação

3ª Vara Cível - Comarca de Bento Gonçalves. Prazo de: 20 (vinte) dias. Natureza: Desapropriação. Processo: 005/1.07.0000234-0 (CNJ.0002341-81.2007.8.21.0005). Autor: CERAN - Companhia Energética Rio das Antas. Réu: Marcelo Gregio e outros. A Exma. Sra. Dra. Christiane Tagliani Marques, MM Juíza de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Bento Gonçalves, RS, com as seguintes confrontações atuais: ao norte, com terras de posse de João Carlos do Prado Lopes, matriculada em nome da família Bortolini; ao Sul, com terras de posse de Zilda Anna Caser Schuartz, matriculada em nome da família Bortolini; ao Leste, com a faixa de domínio da Rede Ferroviária Federal; e ao Oeste, com o Rio das Antas. Bem imóvel objeto da matrícula nº 22.352 do Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Bento Gonçalves, RS; sendo que o presente é extraído de conformidade com o art. 34 do Decreto-Lei nº 3365/41, em consonância com o art. 33, § 2º do mesmo diploma legal, considerando o pedido de liberação do depósito prévio indenizatório.

Bento Gonçalves, 24 de setembro de 2012. SERVIDOR: Paula Garnier de Paris. JUIZ: Christiane Tagliani Marques

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS  
DA ALIMENTAÇÃO DE BENTO GONÇALVES, MONTE BELO DO SUL E  
SANTA TEREZA

SEDE PRÓPRIA: Rua Dom José Baréa, 60 – Bento Gonçalves – RS

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Assembléia Geral Ordinária

No uso das atribuições que me conferem os Estatutos e as Leis em vigor, CONVOCO, todos os associados quites com a Tesouraria para comparecer na Sede Campestre, sita à Estrada Buarque de Macedo, Distrito de São Valentin, nesta cidade de Bento Gonçalves/RS, no próximo dia 05 de dezembro de 2012, às 17:00 horas em primeira convocação e às 18:00 horas, em Segunda convocação, para participarem de um Assembléia Geral Ordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

- 1ª) Leitura do Parecer do conselho Fiscal referente ao pedido de Abertura de Créditos Adicionais e Suplementação de Verbas para exercício de 2012, com aprovação ou não da Suplementação de Verbas.
- 2ª) Leitura do Parecer do Conselho Fiscal referente à Previsão Orçamentária para o exercício de 2013.
- 3ª) Aprovação ou não da Previsão Orçamentária para o exercício de 2013.
- 4ª) Leitura do parecer do Conselho Fiscal do relatório da diretoria e do balanço financeiro do exercício de 2011.
- 5ª) Leitura, discussão e aprovação, ou não, do balanço financeiro do exercício de 2011.

Bento Gonçalves, 30 de novembro de 2012.  
Oclair Sanchez  
Presidente

## Candidatos eleitos acertam as contas com Justiça Eleitoral

Prestação de contas devem ser julgadas até oito dias antes da diplomação

Esta é a última etapa do trabalho relativo às eleições municipais que o cartório eleitoral precisa concluir para voltar a se concentrar somente nos serviços de rotina: a análise das prestações de contas dos candidatos.

Agora, a corrida é contra o tempo, porque os dados com os números da arrecadação e despesa devem ser julgados até, no máximo, oito dias antes da diplomação dos eleitos. A diplomação será marcada para o dia 17 de dezembro.

Na análise das prestações de contas, estão sendo verificados eventuais erros. A primeira conferência é realizada pelo cartório eleitoral. Nos casos em que os números não batem, o cartório notifica o candidato. Quem for citado, terá prazo de 72 horas para fazer as correções e apresentá-

las ao chefe de cartório. O próximo passo será encaminhar o documento ao Ministério Público e posteriormente ao juiz eleitoral. Essa última etapa tem de ser encerrada antes da diplomação.

Mesmo quem concorreu não venceu tem de acertar as contas com a Justiça Eleitoral para obter a quitação eleitoral. Sem esse certificado, o político não pode disputar outras eleições.

#### Saiba quanto gastaram oficialmente os 17 vereadores eleitos

A Gazeta realizou um levantamento para mostrar o montante de recursos investidos pelos 17 vereadores eleitos para a Câmara de Vereadores na campanha, e quanto eles

arrecadaram. O trabalho foi feito com base na prestação de contas final divulgada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Entre os 17 eleitos, quem mais investiu na campanha foi Marlen Peliccioli do PPS, que gastou cerca de R\$ 37 mil. Já em arrecadação, o destaque vai para o vereador do PT Moacir Camerini, que declarou uma arrecadação de R\$ 17.066,03, sendo R\$ 14.216,03, o único de declarar uma sobre de campanha de R\$ 2.850,00. Parte dos recursos foi oriundo de familiares e de recursos próprios.

Em Bento Gonçalves, os gastos variam desde os R\$ 32 mil do vereador Valdecir Rubbo (PDT), o segundo da lista, até os singelos R\$ 4.219,03 de Paulo Roberto Cavalli (PT), último da lista.

Arrecadação e gastos na campanha				
Vereador	partido	votação	arrecado	valor gasto
Clemente Mieznikowski	PDT	2220	R\$ 9.807,00	R\$ 9.807,00
Marcos Rodrigues Barbosa	PRB	1781	R\$ 7.902,53	R\$ 7.902,53
Valdecir Rubbo	PDT	1698	R\$32.746,34	R\$32.746,34
Marcio Pilotti	PMDB	1550	R\$ 4.556,34	R\$ 4.556,34
Marlen Peliccioli	PPS	1473	R\$ 37.792,19	R\$ 37.792,19
Valdemir Marini	PT	1471	R\$ 20.452,53	R\$ 20.452,53
Jocelito Tonietto	PDT	1442	R\$ 8.828,00	R\$ 8.828,00
Moises Scussel	PMDB	1439	R\$24.136,00	R\$24.136,00
Paulo Roberto Cavalli	PT	1315	R\$ 4.219,03	R\$ 4.219,03
Gilmar Pessutto	PSDB	1276	R\$ 7.272,00	R\$ 7.272,00
Neilene Lunelli Cristofoli	PT	1217	R\$20.498,59	R\$ 20.498,59
Adriano de Souza Nunes	PPS	1165	R\$ 6.874,53	R\$ 6.874,53
Adelino Cainelli	PP	1125	R\$ 7.624,75	R\$ 7.624,75
Enio de Paris	PP	1085	R\$18.225,41	R\$18.225,41
Vanderlei Santos	PP	928	R\$23.311,95	R\$ 23.311,95
Moacir Camerini	PT	767	R\$17.066,03	R\$ 14.216,03
Leopoldo Benatti	PTB	751	R\$ 4.880,00	R\$ 4.880,00

## Empresa terceirizada confirma atraso da Prefeitura desde julho

Os representantes da CCS Serviços Terceirizados de Cachoeirinha Fernando Burkard e Frederico Taylor acompanhado do advogado Renato Munhoz foram ouvidos na CPI das Finanças. A empresa terceirizada é responsável pela contratação de 250 trabalhadores que prestam serviços para prefeitura nas áreas limpeza e administrativo. O depoimento ocorreu na terça-feira.

O responsável pelo contrato no município, Burkard informou que o último pagamento integral feito pela prefeitura ocorreu no mês de julho. Em agosto teria sido pago alguns valores inferiores. "Eu pessoalmente fui mais de uma vez cobrar o secretário de Finanças Olívio Barcelos", disse Burkard.

O diretor de contrato Frederico Taylor confirmou que o contrato licitado com a prefeitura é de R\$ 831 mil sem contabilizar as horas-extras. Taylor garantiu que foi depositado o vale alimentação no dia 30 para todos os trabalhadores terceirizados da empresa. Já o salário integral dos

coveiros e garis foi pago.

Taylor criticou a postura da prefeitura de criar empecilhos para repassar a documentação que comprovavam a execução do trabalho prestado pela empresa. "A Prefeitura está criando obstáculos para entregar as notas", diz Taylor. Outra estratégia da Prefeitura para manter a CCS amarrada contratualmente com a Prefeitura é pagamento de

débitos menores o que impossibilitaria a quebra de contrato por parte da empresa. Segundo Taylor, a CCS possui um contrato único com a prefeitura que prevê a ruptura após 90 dias de inadimplência. "Devido o tempo extenso, a prefeitura está se utilizando de uma tática de quitar as menores dívidas o que nos impossibilita de romper o contrato", explica o diretor.



Fernando Burkard e Frederico Taylor, representantes da empresa CCS Terceirizados